



PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NAS ÁREAS DE CERRADO

Dario Leopoldino da Costa¹ (PG)*, Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas¹ (PQ), Dra. Dulce Portilho Maciel¹ (PQ).

dariogyn@terra.com.br

Universidade Estadual de Goiás - UEG¹

Resumo: A expansão da modernização da agricultura, a partir da década de 1970, em praticamente todo o território nacional, provocou mudanças em todo cenário agrícola, incluindo o Cerrado goiano. Assim, neste estudo, propõe-se analisar a modernização da agricultura no Cerrado, enfatizando os principais programas e políticas empreendidas, bem como as consequências também. Para a realização do trabalho foi feito uma pesquisa bibliográfica com ênfase no processo de modernização da agricultura no Brasil e no Cerrado. Vale destacar ainda o papel da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e da Marcha para o Oeste, que foram os verdadeiros propulsores para a modernização do Cerrado goiano. É importante destacar que os principais programas de incentivos e investimentos no estado de Goiás foram os Programas de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e os Programas de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Palavras-chave: Expansão. Mudanças. Programas. Políticas.

Introdução

Este ensaio busca entender o processo de modernização da agricultura no Brasil, e em especial no estado de Goiás, que foi um processo lento e gradativo, impulsionado principalmente pela consolidação do modelo capitalista de produção. De forma geral, por volta dos anos de 1950, desencadeou-se um movimento de desenvolvimento do campo, organizado e orientado pelo Estado, o qual tinha como objetivo central o aumento tanto da produção quanto da produtividade agrícola do país. Iniciado pelo sul do país, ele se difundiu por outras regiões provocando mudanças não só econômicas mais sociais e ambientais. Assim, verifica-se que a “revolução no campo”, marcada pela transformação das ferramentas de trabalho

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



modificou totalmente o panorama até então vigente, o qual envolvia mais uma produção para subsistência do que uma produção em larga escala.

Material e Métodos

Para este estudo, foram utilizadas referências bibliográficas produzidas a respeito do tema, sendo selecionadas as que estavam entre os anos de 1980 e 2011. Trata-se de um estudo de revisão de literatura a fim de elencar as principais causas bem como as consequências da modernização da agricultura, com foco no Cerrado goiano.

Utilizando a pesquisa qualitativa, buscou-se explicar como a modernização da agricultura modificou o panorama do Cerrado e quais fatores contribuíram para o seu desenvolvimento e consolidação, com o objetivo de produzir informações aprofundadas e novas a cerca do tema.

Resultados e Discussão

A partir da leitura das bibliografias, é importante destacar que em se tratando da modernização no campo, Mendonça (2004), explana que:

[...] modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar “as terras improdutivas” do Cerrado em celeiros agrícolas do país, mediante a utilização de fartos créditos, de subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas e da adoção de novas tecnologias (MENDONÇA, 2004, p. 233).

Depreende-se do exposto que essa modernização no campo, sempre esteve sob a égide do Estado e de grupos que visavam o lucro tão pregado pelo capitalismo, assim o papel do Estado foi fundamental na implantação desse novo modelo de produção, uma vez que:

[...] as grandes explorações, capazes de absorver os recursos tecnológicos e demais insumos agrícolas e, fundamentadas no trabalho assalariado, seriam o modelo de propriedade adequada para atender ao crescimento da atividade industrial e da população urbana, conjugando uma oferta regular e



em larga escala de matérias-primas e alimentos (MENDES, 2005, p. 36).

Em se tratando de Goiás, a qual teve sua ocupação e desenvolvimento pela criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG, a partir de 1941 o povoamento desta região resulta diretamente da criação da CANG, a qual é fruto de política direcionada pelo Estado Novo a partir de 1938, com a finalidade de incentivar a ocupação de ‘espaços vazios’ no interior do país, durante a política de expansão econômica que ficou conhecida como “Marcha para o Oeste”, bem como somando com a criação de Goiânia (PESSOA in NEVES, 2009, apud DAYRELL, 1974).

A respeito desses investimentos, Mendonça e Thomaz Júnior (2004), postulam:

A infra-estrutura necessária aos novos investimentos avolumou-se com os projetos de “integração do território nacional”, após os anos 1950, com destaque para a construção de Brasília (1960) e a construção das rodovias que direcionaram a mobilidade do capital e do trabalho no território brasileiro, alterando profundamente as regiões na sua forma e no seu conteúdo. (MENDONÇA; THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 98 e 99)

Verifica-se assim que o governo, tomado pela sede do desenvolvimento capitalista não mediu esforços no intuito de incentivar e até financiar tais transformações. Na visão de Pessoa (1999), é possível perceber que tais ações do governo, além do incentivo à modernização agrícola, geraram tanto pontos positivos quanto negativos para o ambiente natural e social local, assim como também envolve questões de cunho nacional e político:

Ela motivou volumosa campanha publicitária e se materializou, sobretudo nas viagens do presidente, na construção de ferrovia e rodovias e na criação de oito colônias agrícolas nacionais, pelo decreto nº 3.059, de fevereiro de 1941, das quais a de Goiás foi a primeira a ser implementada. (PESSOA, 1999, p. 47)

Assim, vários fatores resultaram na expansão e modernização do estado de Goiás, impulsionados pela construção de Goiânia em 1933, a chegada da ferrovia em Anápolis, em 1935 e a própria CANG na década de 1940 (PESSOA in NEVES, 2009, p. 179, apud NEIVA, 1984, p. 101).



A CANG trouxe um papel significativo em termos de ocupação e expansão de fronteiras agrícolas. Segundo Estevam (1997, p. 91), o relativo sucesso do incremento populacional em Ceres decorreu da promessa de terra gratuita por parte do governo federal, o que atraiu uma multidão de migrantes sem recursos. Esse processo, segundo o autor, culmina com a construção de Brasília, que por si só ocasiona um grande impacto populacional, atraindo um imenso contingente de imigrantes, inclusive em torno de Goiás e Minas Gerais, criando no interior do país uma área de adensamento populacional e imprimindo um ritmo de aceleração ao estado de Goiás.

Inicialmente, a CANG abrangia toda a mata. Depois, a área foi reduzida até próximo a atual cidade de Ceres, liberando o restante para loteamentos que deram origem às cidades de Rialma, Carmo do Rio Verde, Uruana, Rubiataba, Nova América, Itapuranga e outras cidades (LAZARIN, 1985).

Em outro lado, “na nova etapa da marcha para o oeste, – a partir de 1970 – a região contribuiu para amenizar tensões demográficas oriundas de outros espaços brasileiros, servindo de acomodação para seguidos fluxos migratórios, além de via de penetração para ocupação do norte brasileiro” (GONÇALES, 2003, p. 218).

Santos e Silveira (2001), ressaltam que a partir da expansão da fronteira agrícola o Centro-Oeste começou uma produção de caráter capitalista. Isso refletiu em mudanças na produção e na produtividade da agricultura nessa região.

Ao passo que o Estado assume o papel centralizador das decisões e determina os rumos e o ritmo da expansão do capital no setor agrícola, ele torna-se também o condutor do processo de desenvolvimento nacional, cujo o objetivo é o de realizar o planejamento para o setor agrícola e de atrelá-lo ao desenvolvimento econômico do país, bem como conciliar as divergências existentes por meio de sua presença na economia. Para Gonçalves Neto (1995):

O resultado desta postura, se encontra na maciça presença do Estado na economia brasileira, com o desenvolvimento de uma máquina que perpassa todas as etapas da atividade produtiva: planejamento, produção, fiscalização, determinação de preços, estocagem, circulação e comercialização dos produtos, exportações, etc. (GONÇALVES NETO, 1995, p. 142)



Verifica-se que a partir da década de 60, a agricultura já não correspondia ao processo de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado e também devido à crise econômica, sofrida nos anos iniciais dessa década. Logo, torna-se necessário à implementação de novas políticas governamentais a fim de ampliar a produção agrícola, a qual não acompanhava a industrial, e isso ocasionava a elevação dos preços dos produtos agrícolas e uma transferência de rendimentos da indústria para o setor rural.

Assim, essa discussão sobre os rumos da economia brasileira tornou-se se intensa, em virtude da continuidade ao processo de industrialização iniciado nas décadas anteriores e o esgotamento do modelo adotado de substituição de importação. De acordo com Gonçalves Neto (1995):

O argumento central era que a arcaica estrutura agrária brasileira, centrada no latifúndio, não permitia à agricultura responder à demanda urbano/industrial: com a produção calcada no monopólio da propriedade da terra, em mãos dos latifundiários, e nas relações de produção antiquadas vigentes, não conseguiam ganhos de produtividade que respondessem às necessidades da indústria em expansão. (GONÇALVES NETO, 1995, p. 53)

De acordo com Silva (1981), a medida adotada pelo governo foi a da evolução das propriedades rurais:

No período de 1965-67, que corresponde ao final da crise econômica do início dos anos 1960, há um aumento praticamente generalizado de todos os tamanhos de propriedades. [...] Já no período seguinte - 1967-72 -, que corresponde ao período de crescimento e auge do que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, aumentam também as grandes propriedades. As pequenas propriedades perdem terreno, ou seja, são engolidas pelas grandes no que se convencionou chamar, à semelhança do fenômeno biológico onde as grandes bactérias engolem e digerem as pequenas à sua volta, “processo de fagocitose”. (SILVA, 1981, p. 53-54)

Observa-se que a política governamental brasileira adotada para o desenvolvimento do campo, não foi à viabilização da reforma agrária, mas sim a de modernização do campo o que reforçou a concentração de terras, sem levar em consideração os impactos sociais e ambientais advindos, como aponta Mendonça e Thomaz Júnior (2004):



A opção política em não implementar a reforma agrária implicava numa necessidade crescente de ampliação da fronteira agrícola (Centro-Oeste e Amazônia) que temporariamente “solucionaria” a questão agrária, deslocando os conflitos pela terra para as áreas de fronteira em expansão. Além de maquiar a concentração fundiária existente, deslocando milhares de migrantes desterritorializados para o Centro-Norte, essa ação usava-os como *amansadores da terra*, na medida em que o capital os expulsava e logo os seguia para arremeter-lhes novamente as novas terras valorizadas. (MENDONÇA, THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 101)

Verifica-se que na década de 1970, o eixo da questão agrária torna-se a modernização da agricultura, como aponta Gonçalves Neto (1995, p. 78): “[...] o maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, etc. permite dizer que o Brasil mudou, e o campo também”. Assim, mais uma vez o Estado toma a direção e conduz o processo da modernização da agricultura por intermédio de investimentos em pesquisas científicas, criação de órgãos como por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, além de fomentar programas e créditos agrícolas. (MATOS e PÊSSOA, 2011). A esse respeito, Gonçalves Neto (1995), observa que:

Para este fim, recursos são canalizados, criam-se institutos de pesquisa e de assistência técnica, estabelece-se um sistema nacional de crédito rural e incentiva-se a utilização de técnicas e insumos modernos, o que propicia a integração da agricultura ao circuito do industrial. (GONÇALVES NETO, 1995, p. 145)

Esse processo de modernização da agricultura no campo, fez com que o setor passasse por mudanças e vislumbrasse em um contexto de transformações econômicas, sociais e territoriais. Não obstante, os incentivos em créditos e pesquisas foram direcionados, em sua grande maioria, para a agricultura moderna, ou seja, aquela voltada para a exportação, como vislumbra Garcia e Palmeira (2001):

A modernização técnica implicada pela mecanização, uso de adubos químicos e sementes e matrizes selecionadas supôs que o atrativo para a difusão dessas inovações fosse uma política de crédito subsidiado. A verdade dos preços impostos pela estabilização monetária impôs uma modéstia maior para os que viam nas *empresas rurais*, recrutando seus



empregados como assalariados, o modelo único para o futuro dos estabelecimentos agrícolas. (GARCIA e PALMEIRA, 2001)

É relevante destacar que essa década também foi marcada por vários planos governamentais de desenvolvimento, entre os quais destacaram-se: “Metas e Bases para a Ação do Governo” (1970-1973), os Planos Nacionais de Desenvolvimento I (1972-1975), II (1975-1980) e III (1980 a 1985).

As políticas de desenvolvimento do PND, juntamente com as características topográficas, climáticas e hídricas do Cerrado, propiciaram a ocupação dessas terras pelo capital par a produção da monocultura de grãos, com destaque para a soja. Outro fator de grande envergadura foi sua posição geográfica, que lhe confere condições de fácil intercâmbio com todas as outras regiões do país, e o Estado já havia iniciado a construção de rodovias, ligando-a aos principais centros do país. Os investimentos na logística constituíram medida indispensável para o adequado movimento da produção. (MATOS e PÊSSOA, 2011, p. 04).

Os planos visavam a substituição da importação, voltada para os bens de capital e insumos básicos, e a promoção de exportações. Para Delgado (2001), entre as metas das políticas públicas de aumento de produção e produtividade agrícola, estavam também: a geração de oferta suficiente de alimentos; a manutenção de matérias-primas para as indústrias; aumento das exportações agrícolas, assim como a transferência de renda para o setor urbano e a liberação de mão de obra para o setor industrial. Para Moraes (2002),

As noções de modernização e de desenvolvimento perdem seu componente social e político, passando a qualificar apenas os aparatos produtivos e as infra-estruturas. A “região-problema” dos anos 50 é desfocada ao mesmo tempo que se revalorizam os espaços de fronteira com forte incentivo ao avanço das frentes pioneiras no Centro-Oeste e na Amazônia. Pode-se dizer que a ocupação e ordenamento do espaço atuaram como eixo estruturador do planejamento governamental no período militar, um planejamento autoritário e profundamente centralizado. (MORAES, 2002, p.127)

Outra característica marcante da década de 70 no Brasil foi o movimento migratório interestadual, com uma migração interestadual de grande fluxo para os estados com áreas disponíveis para o desenvolvimento dessa atividade. É importante destacar que esses movimentos populacionais foram motivados por



fatores de natureza econômica, advindos do processo de modernização da agricultura, a partir da década de 1970. (ABLAS e FAVA, 1985).

No que concerne às políticas para o espaço agrário das áreas do Cerrado após a década de 1970, estas ocorreram a partir das políticas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com metas de ocupação e integração não só dessa região, mais das demais regiões do Brasil. Entre os programas de incentivos e investimentos nas áreas de Cerrado merecem destaque: os Programas de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO e os Programas de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, os quais promoveram a expansão das atividades agrícolas nestas áreas de concentração.

Considerações Finais

As políticas de desenvolvimento da agricultura no Cerrado foram as possibilitadoras do estabelecimento de empresas agropecuárias em regiões específicas, as quais provocaram ainda mais transformações. Além, dessas políticas destaca-se o valor econômico que o Cerrado passou a representar, pois o solo antes pobre e de árvores retorcidas, a partir do processo de modernização da agricultura incorporou-se a dinâmica do capitalismo.

Entende-se que estas políticas favoreceram que o solo do Cerrado com uso de intensivos agrícolas, implementos agrícolas como tratores, e outros recursos tecnológicos passou a ser “ideal” para as grandes lavouras e o agronegócio, reconfigurando assim completamente o campo, demonstrando que a modernização da agricultura, alterou profundamente as áreas de Cerrado.

Agradecimentos

Agradeço de forma especial as Professoras Dra. Dulce Portilho Maciel e Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas na condição de minha orientadora, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás (TECCER/UEG), pelos conhecimentos agregados e pela oportunidade do apreço por compartilharmos momentos memoráveis de ensino e aprendizado junto à disciplina de Políticas Territoriais em Áreas do Cerrado.

REALIZAÇÃO

Agradeço à agência de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG por fornecer os subsídios necessários para a minha pesquisa junto ao referido mestrado.

Referências

ABLAS, L. A. Q.; FAVA, V. L. A Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro no período recente. In: **Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro. Vol. II.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985. p. 53-142

GARCIA, A.; PALMEIRA, M. Transformação agrária. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Brasil: um século de transformações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 38-77.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo: HUCITEC, 1995.

LAZARIN, M. A. **A Descida do Rio Purus: uma experiência de contato interétnico.** Brasília, 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1985.

MATOS, P. F.; PÊSSOA, V. L. **A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território.** Geo UERJ – Ano 13, nº 22, v. 2, 2º semestre de 2011 – ISSN 1981-9021. Disponível: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em 08 ago. 2018

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JÚNIOR, A. **A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho.** México: Investigaciones Geográficas, *Boletín del Instituto de Geografía*, UNAM. ISSN 0188-4611, Núm. 55, 2004. p. 97-121. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/igeo/n55/n55a7.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDES, E. P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão.** 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MORAES, A. C. R. **Território e história do Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 2002.

PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa.** Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PESSOA, J. A colônia agrícola nacional de Goiás no aprendizado da itinerância. In: NEVES, Delma Pessanha (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do**



campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 175-192.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.